

DISCURSO DO SECRETÁRIO REGIONAL DE HABITAÇÃO E
EQUIPAMENTOS NA DISCUSSÃO DO PLANO 2005 E NAS OMP
2005 – 2008

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados

Senhor Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo

As Propostas inscritas no Plano 2005 e nas OMP 2005 – 2008 relativas à SRHE materializam o Programa do IX Governo aprovado nesta câmara, para as áreas da habitação, obras públicas, equipamentos comunicações e protecção civil.

Traços salientes atravessam as medidas propostas para estas áreas ao longo desta legislatura: redução dos riscos sísmicos e vulnerabilidades do edificado, melhoria e modernização das acessibilidades e, aumento global da segurança.

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados

Senhor Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo

O sector da habitação cujo investimento aumenta 43,4% em relação a 2004 continua a ser uma forte aposta no Plano 2005 e será reforçado no decurso desta legislatura. A tarefa ciclópica de reduzir as vulnerabilidades do edificado, como já aconteceu com a reconstrução ou como agora se fará com uma nova reforma da política de habitação, (que inclui o apoio ao combate às térmitas), está associado a outras vantagens estratégicas do investimento no sector da habitação. Com efeito, reforço da coesão social, manutenção da empregabilidade na construção civil e implicações económicas positivas na dinamização do mercado ligado à construção são factores importantes

potenciados pelo investimento nas novas edificações, reparações e reabilitações do parque habitacional.

A verdade dos números demonstra grande crescimento neste sector. Média das licenças de construção entre 97/ 2000 – 1832,5 e 2001/2004 – 2144,7 ou do nº de alojamentos que aumentou de 84500 em 1991 para 95241 em 2001.

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados

Senhor Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo

Neste Plano e nesta legislatura temos novos desafios que exigem novas reformas. Reformar a política habitacional é, desde logo, diversificar tipologias, modos de promoção e promotores e, atingir patamares superiores em relação às médias dos últimos 8 anos, por exemplo, ao nível de cedência de lotes ou de beneficiários do investimento público. Trata-se de, por um lado, flexibilizar os apoios, designadamente, com cedência de projectos tipo de habitação, de lotes infra estruturados ou de solos por infra estruturar ou, de compartilhar investimentos realizados ou a realizar na aquisição de solos e ou na sua infraestruturação.

Outrossim, alargaremos às IPSS e a outras pessoas colectivas de utilidade pública os benefícios dos apoios à habitação ancorando o horizonte social destas instituições, que é sem dúvida o bem-comum.

Por outro lado, reabilitar e reparar, será sempre preferível e prioritário, todavia, na promoção de habitação que iremos desenvolver também privilegiará as edificações sob regime de custos controlados, ou em bom rigor, dos contratos de desenvolvimento habitacionais (CDH'S).

Se, cedemos 266 lotes/ano entre 1997 e 2000 e 276 entre 2001 e 2004, nesta legislatura vamos ultrapassar a média dos 300 lotes/ano focalizando as nossas prioridades nas freguesias onde já detectámos necessidade e procura, justificadoras dos empreendimentos que já projectámos. Retomaremos a política de realojamento com o INH congelada, inexplicavelmente, nos últimos três anos e esperamos agora a aprovação de 366 fogos.

Como se sabe, nos programas de realojamentos, inserem-se os agregados familiares de mais baixos rendimentos que, em regra, configuram situações graves e muito graves, quer de sobrelotação, quer de risco sísmico ou geológico.

Queremos, portanto, eliminar estes focos de insegurança e de precaridade extrema. Observando o que se passa no resto do País e também nas Regiões Ultraperiféricas, em matéria de habitação é nos Açores que estes agregados têm melhores apoios.

Mas, a reforma que estamos a encetar responsabilizará sempre as famílias abrangidas pelo investimento público. É por isso, que promoveremos ainda mais o regime de custos controlados com variantes de apoios à aquisição ou ao arrendamento.

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados

Senhor Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo

A habitação condigna está necessariamente associada a uma integração social efectiva, de modo a permitir novos padrões de qualidade de vida. Mais do que proporcionar um tecto, promover o sector da habitação é estabelecer o equilíbrio

individual e social em espaços que representem uma oportunidade de integração normal na vida comunitária.

Deste modo, espaços verdes, áreas reservadas a equipamentos sociais e colectivos estarão sempre presentes no entendimento da dualidade habitação/organização do espaço.

Queremos que cada habitação seja um espaço que proteja a vida das pessoas, bem como as estimule à plena integração individual e colectiva nas nossas comunidades.

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados

Senhor Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo

Em matéria de obras públicas, o Plano de 2005 e as OMP apontam claramente para um novo impulso na melhoria das acessibilidades ao nível das estradas regionais.

A rede viária regional, com cerca de 1450 Km, sofreu nos últimos 8 anos intervenções sem precedentes, quer ao nível dos novos troços, quer ao nível da reparação e reabilitação, perfazendo mais de 500 Km de melhorias nas estradas regionais.

Nos próximos quatro anos regularizaremos a restante rede viária principal (estradas nº 1 – 1ª), a par das intervenções planeadas para os troços secundários e para alguns novos trechos, em particular, variantes a zonas urbanas que retirarão o tráfego pesado destes aglomerados mais densamente povoados.

Serão mais 300 Km de estradas regionais que sofrerão reformas e intervenções nos próximos quatro anos, sem contabilizar os 90 Km relativos aos eixos viários inscritos no projecto das SCUTS.

Os Açores ficarão, deste modo, num novo nível em matéria de acessibilidades terrestres, mais ajustado às novas exigências e necessidades das tipologias de tráfego, bem como ao reforço da segurança rodoviária , mantendo-se a nossa qualidade ambiental.

Com esta reforma dos pavimentos das estradas regionais teremos impactos positivos ao nível do aumento da velocidade média de deslocação entre os principais centros urbanos, para os mais de 90000 veículos que já circulam na Região.

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados

Senhor Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo

As acessibilidades terrestres são factores decisivos do nosso desenvolvimento; elas inscrevem-se num quadro mais global do papel das comunicações no nosso tempo.

A magnitude das transformações sociais operada em todo o mundo pelo sector das comunicações é algo a que os Açores também se querem envolver e aproximar.

As profundas alterações na sociedade e na cultura motivada pelo impacto das NIF originaram expressões desde a década de 70 do século XX que não podem passar despercebidas entre nós: descontinuidade, nascimento de uma sociedade pós-industrial, nova era da informação, terceira vaga, tempo entre duas eras, etc.

Também nos Açores, queremos que o sector das comunicações tenha um papel, crescentemente, relevante porquanto o acesso generalizado a estes bens, equipamentos e serviços garantirá uma cidadania mais democrática, por exemplo, através do estabelecimento das redes da próxima geração ou do comércio electrónico, o que implicará novos estilos de vida.

Temos pois um grande desafio pela frente: fazer ou acompanhar, em pouco tempo, aquilo que muitos países já conseguiram pelo menos desde a segunda metade do século XX.

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados

Senhor Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo

Se, a disponibilização gratuita do Canal 1 a todos os açorianos foi um marco assinalável no governo socialista do Eng^o António Guterres, hoje impõe-se a difusão gratuita dos canais generalistas nacionais de televisão cujo contrato foi proposto ao anterior governo da república sem que tivesse merecido a aprovação, bem com a disponibilização da RTP/A no pacote da TV Cabo Portugal ou ainda a inclusão na licença a atribuir ao projecto da Televisão Digital Terrestre, de uma cláusula de obrigatoriedade de cobertura da RAA.

Outros projectos que acompanharemos com igual vigor e empenhamento serão o acesso à Internet em banda larga (ADSL) e a estação móvel e fixa em Santa Maria da responsabilidade da Agência Especial Europeia.

O sector das telecomunicações deve garantir, assim, objectivos de interesse público, designadamente, com um moderno e adequado acesso à informação e ao conhecimento.

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados

Senhor Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo

A melhoria da segurança civil dos Açores concretizou-se de modo assinalável nos últimos oito anos para o que concorreu o investimento sem precedentes no SRPCBA. Porém, este é um projecto em permanente construção. Ciente de que o sector da protecção civil é fundamental para o desenvolvimentos sustentável dos Açores e que envolve uma diversidade de agentes e beneficiários (cientistas, autoridades, OCS e cidadãos em geral), o Governo propões um aumento do investimento de 18, 4% em relação a 2004. Estas verbas estão associadas a diversas medidas: monitorização, planeamento de emergência, avaliação de riscos, equipamentos e formação.

Neste âmbito, reformaremos a rede de monitorização sismo vulcânica dos Açores nas áreas da Geofísica, Geodesia e Geoquímica, através do apoio à UA para aquisição de novo equipamento; avançaremos para os Planos Especiais de Emergência, verdadeiros instrumentos de respostas concretas a situações definidas com base em cenários científicos; promoveremos a integração das cartas de riscos geológicos no planeamento local; concluiremos a rede principal de infra - estruturas e apoiaremos a formação contínua a diferentes agentes de protecção civil diferenciando as aprendizagens e os conteúdos consoante ao público alvo.

Neste quadro, papel relevante terá a Escola de Formação da Terceira no apoio à qualificação dos nossos corpos de bombeiros ou de outras regiões que o solicitem, mediante o treino-formação de novas valências e da actualização da formação básica.

Os Açores, fruto do seu enquadramento geodinâmico, são vulneráveis a catástrofes naturais de origem geológica, como sismos, erupções vulcânicas, libertação de gases tóxicos, contaminação de aquíferos, movimentos de massa e alteração da linha de costa pelo que, a reforma permanente do SRPCBA é uma exigência na construção de uma sociedade em que a redução dos riscos signifique verdadeira cultura de segurança.

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados

Senhor Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo

O Plano de 2005 e as OMP 2005 – 2008 demonstra que as reformas propostas irão promover uma nova fase de desenvolvimento onde a modernidade, a inovação e a segurança serão a base de um tripé que garantirão a confiança dos açorianos no seu futuro.

Horta, 6 de Abril de 2005

O Secretário Regional de Habitação e Equipamentos

José António Contente